

# Queimadas: o ponto de vista de um empreendedor agropecuário

Fernando Penteadó  
Cardoso (\*)

Em face das notícias que vêm sendo insistentemente veiculadas pelos meios nacionais de comunicação — inclusive por entidades estrangeiras —, divulgando com destaque suposta devastação na Amazônia, impõem-se os seguintes esclarecimentos, classificando os diversos tipos de queimada:



1. Queimada proposital para renovar as pastagens naturais — nossos campos nativos —, destruindo a macega de capim velho impalatável, ensejando rebrota verde mesmo antes das chuvas.

2. Queimada proposital, para destruir restos de cultura ou palhas, a fim de facilitar a colheita ou o preparo do solo para a lavoura seguinte, sendo que algumas delas são obrigatórias por lei com fins profiláticos, como é o caso do algodão, enquanto outras não oferecem alternativa prática, como a cana.

3. Queimada proposital de pastagem em formação, para destruir o capim deixado crescer para semear, conjuntamente com os restos vegetais remanescentes da floresta e com a rebrota indesejável dos tocos ainda persistentes e, inclusive, das ervas tóxicas.

4. Queimada proposital, para abertura de novas áreas agrícolas ou pastais, em solos pobres com vegetação de campo e cerrado, iniciando-se por enleiramento mecanizado, seguido de queima, correção do solo com calcário, gradeação, desenraizamento, adubação e semeadura, seja de gramíneas, seja de grãos. A terra melhora em fertilidade, tornando-se produtiva. Assim foi possível nos aproximarmos dos 70 milhões de toneladas de grãos e da exportação de 500 mil toneladas de carne bovina. Dado o custo relativamente baixo, a recuperação desses solos atinge anualmente grandes extensões, enriquecendo o País e proporcionando trabalho e ocupação a milhares de brasileiros.

5. Queimada proposital

em solos mais ricos recobertos de florestas ou cerrado pesado. A derrubada se inicia cerca de seis meses antes, com cuidadoso planejamento anterior à queimada, geralmente em agosto. Essas aberturas não se improvisam e custam hoje cerca de cinco vezes o valor da terra quando manuais (limpeza a foice e derrubada a motosserra) e quinze vezes o valor da terra quando mecanizadas (correntão puxado por grandes tratores), ficando o terreno destacado. A madeira de lei é aproveitada quando as facilidades de transporte o viabilizam, e a lenha é transformada em carvão quando há mercado e estradas.

Comparada às outras queimadas intencionais, as áreas de floresta desmatada são proporcionalmente muito menores do que as classes anteriores, devido ao custo elevado, à limitação de mão-de-obra e de equipamentos especializados, ao ecossistema favorável ao anofelino transmissor da malária, às ervas tóxicas para ruminantes, às distâncias cada vez maiores, aos investimentos complementares (sementes, cercas, currais, casas, etc.) e ainda aos juros, a contar do início das despesas até o começo da utilização, a qual, no caso de pas-

toeiro, demora cerca de dezoito meses.

6. Queimada proposital, feita pelos safristas, geralmente posseiros, que cultivam cereais por poucos anos em aberturas de mata, aproveitando a adubação das cinzas e a terra ainda livre de ervas daninhas. A terra inçada é então abandonada, transformando-se em capoeira — não em deserto —, enquanto o lavrador derruba e queima nova área de mata. É o sistema itinerante, economicamente viável, chegando a ser recomendado na exploração agrícola em climas equatoriais chuvosos, como na África.

7. Queimadas involuntárias em cerrados, pastos nativos e artificiais, em reforestamentos, mas raramente em mata alta, como na Amazônia, pois ela dificilmente se incendeia. São provocadas acidentalmente ou criminalmente.

Tais acontecimentos lamentáveis ocorrem em várias regiões do mundo, não sendo nenhum privilégio do Brasil.

Trazem prejuízo à flora, à fauna, à pecuária, à madeira. Mas acontecem, há milhares de anos, principalmente após longos períodos de seca e calor, mais severos em certos anos, como 1988.

Definidos os tipos mais

frequentes de queimada, resta qualificá-los em separado, sobrepondo os mapas espaciais de calor aos levantamentos dos tipos de vegetação preexistente. Somente após tal estudo seria possível tirar conclusões sobre o que vem acontecendo no interior do País, especialmente na Amazônia, região que poucos anos atrás, com apoio da sociedade, mereceu deduções fiscais incentivando sua ocupação, sob alegação de evitar a cobiça de outros povos. Não estariam as campanhas bem orquestradas de hoje relacionadas ao temor da concorrência do Brasil, a prevalecer a tendência das vantagens comparativas com liberalização do comércio internacional?

As aberturas de mata em terra fértil de grandes áreas do País deram lugar à cana, ao café e às lavouras subsequentes, substituindo milhões de hectares de florestas. Como seria a civilização brasileira se tais solos férteis não tivessem sido economicamente utilizados?

Há queimadas e queimadas. A generalização conduz a falsas conclusões. Cabe ao INPE desenvolver novas técnicas de análise e avaliação, a fim de que seus estudos não venham a amparar notícias sensacio-

nalistas mal-fundamentadas, que vêm prejudicando a imagem, o conceito e o renome de nosso País.

Em recente carta aberta ao presidente da República, comentando declarações sobre assuntos ecológicos, foi sugerida a seguinte abordagem, como alternativa a seu pronunciamento:

“Sensores de satélite, espionando nosso planeta, detectarem 6 mil focos de calor na região amazônica. São locais de trabalho, onde se prepara a terra para o plantio na estação chuvosa que se aproxima. Lá estão milhares de trabalhadores rurais, uns assalariados, outros colonos — incentivados pelo governo, bravos pioneiros de novas fronteiras agrícolas. São brasileiros e brasileiras não favelados, enfrentando o sertão, com seu desconforto, malária e riscos, para transformar a terra inculta em cafezais, seringaais, pastagens ou lavouras de cereais. A eles presto minha homenagem, por terem resistido à tentação das grandes cidades; por não se tornarem favelados; por não agravarem os problemas quase insolúveis das aglomerações urbanas. São eles trabalhadores do sertão; são eles empresários da produção rural; são

eles funcionários do governo na região — são todos eles que estão fazendo o futuro deste grande País, dotado de amplas áreas beneficiadas por Deus com boas chuvas de verão. Eles merecem palavras de conforto, antes de serem tachados de destruidores, de devastadores e de incendiários por pretensos defensores do meio ambiente, ávidos de falsa notoriedade apoiada em sensacionalismo”.

É importante analisar e enfrentar a orquestração dos que, temendo a concorrência do Brasil no comércio internacional de produtos agrícolas, incentivam a produção na África, concedendo vultosas verbas para pesquisas agropecuárias, entre outras ajudas, inclusive, possivelmente, para a utilização de terra agrícola antes florestada.

É fundamental que a matéria seja tratada com realismo, objetividade e sinceridade, evitando-se que seja encampada por aqueles que escolhem a cor verde para disfarçar a vermelha e se utilizam da fumaça das queimadas para esconder seus interesses.

(\*) Presidente da Manah S.A., engenheiro agrônomo participante de aberturas agropecuárias no norte do Paraná e no sul do Pará.